



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA E  
MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

LICITAÇÃO PROCESSO N. 043/2024

EDITAL N.º 043/2024

**DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME,**

pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.898.125/0001-10, sediada em Balsa Nova, Estado do Paraná, na Rua 15 de Novembro, 24 – Sala 2 - centro, CEP 83.650-00, comparece respeitosamente perante Vossas Excelências, para tempestivamente apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo impetrado pela empresa KONSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.968.209/0001-86, a esta empresa no EDITAL N.º 043/2024.

A presente licitação tem por objeto a “Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de leitura de medidores de consumo de energia elétrica do grupo "B" (baixa tensão), em medidores de energia ativa (kWh), reativa (kVAr) ou ainda outros tipos de medidores que exijam mais de uma leitura, como os de geração distribuída, mensal ou pluri mensais, em unidades localizadas em área urbana e rural, de acordo com o roteiro/calendários de leitura definidos pela COCEL, a serem executados para Companhia Campolarguense de Energia-COCEL”.

## 1. SÍNTESE FÁTICA

A Recorrida é uma empresa séria e, como tal, preparou sua documentação e sua proposta em estrita observância ao que foi solicitado no edital.

Entretanto, a empresa Recorrente, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame apresenta recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista que desconsidera os princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Querem a vitória no “tapetão” do formalismo, e não na seria condições que o pregão nos dá em sua interpretação legal.

A decisão recorrida é CONTRÁRIA ao interesse público, pois desproporcional e ilegal e segundo o professor Marçal Justem Filho:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida do limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos.” (In: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 5ª edição - São Paulo - Dialética, 1998.) (grifo nosso)

E, sobre o que será tratado, cremos que o ensinamento à seguir é o que resume nosso pensamento:

"Licitação não é campeonato de perfeição em entrega de papelada ou competição pelo maior número de certidões ou atestados; não é fiscalização de arrecadação de tributos e, também, não é o procedimento de poder de polícia do trabalho. Licitação, frise-se, tem como objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observadas as normas constitucionais e legais, processando-se dentro de determinados princípios." (Marçal Justen Filho. 1997).

A Empresa Diferencial Serviços Terceirizados LTDA, apresentou sua documentação e sua proposta conforme determina o PROCESSO N. 043/2024 EDITAL n.º 043/2024, seus anexos e também conforme as normas do CADERNO TÉCNICO DESENVOLVIDO PELO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SEGES – Limpeza – Paraná.

Em nenhum momento deixou de apresentar algum documento desde credenciamento, habilitação e também não deixou de cotar nenhum dos encargos, trabalhista, previdenciário obrigatórios.

- **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA;**

A empresa Konsol Comércio e Serviços Ltda-ME argumenta que os atestados apresentados pela Diferencial Serviços Terceirizados Ltda não contemplariam atividades pertinentes ao objeto da licitação. Contudo, a alegação não procede, visto que os atestados

fornecidos comprovam a experiência e capacidade da empresa em gerenciamento de mão de obra, conforme exigido pelo item 13.1.3 do Edital, em sua página 10.

De acordo com o item 13.1.3:

“13.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:

I - Apresentação de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Este atestado deve comprovar que a licitante foi contratada para a execução de serviços com características e quantidades semelhantes ao objeto do certame.

**Observação: Também serão aceitos atestados que comprovem a habilidade da licitante na gestão de mão de obra. Todos os atestados apresentados devem atestar a prestação satisfatória dos serviços.**

**a) Serão considerados os atestados que apresentarem a execução de serviços de gerenciamento pela licitante de no mínimo 25 postos de trabalho.”**

Portanto, os atestados apresentados estão em estrita conformidade com o Edital e com a legislação pertinente, sendo que comprovou que gerenciou mão de obra em mais de 25 postos de trabalho. Tais informações podem ser verificadas na documentação protocolada para o certame.

- **DOS VALORES E PLANILHA DE CUSTO**

O recurso questiona a exequibilidade do valor apresentado pela Diferencial Serviços Terceirizados Ltda, alegando que o preço proposto é inviável, considerando os custos de contratação de leituristas e os benefícios associados. Contudo, essa alegação carece de



fundamento sólido. O valor apresentado está em conformidade com as condições de mercado e atende plenamente às exigências do Edital.

Os custos relacionados aos leituristas devem ser avaliados em conjunto com o escopo total do serviço. A proposta da Diferencial reflete um cálculo que considera todos os aspectos do trabalho a ser realizado e está alinhada com os parâmetros estabelecidos pela COCEL.

A planilha de custos apresentada pela Diferencial foi elaborada com base em valores realistas para a prestação dos serviços requeridos, incluindo todos os benefícios e percentuais exigidos pela legislação e pela convenção coletiva vigente na data da licitação. Esses detalhes podem ser verificados nas planilhas fornecidas.

Além disso, o item 15.12 do edital estabelece que eventuais incorreções na planilha de custos e na formação de preços constituem apenas irregularidades formais, que podem ser corrigidas posteriormente, desde que não haja alteração do preço global da proposta.

De acordo com o artigo 55, §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, tais correções não impedem a habilitação da empresa. Portanto, qualquer irregularidade formal na proposta da Diferencial pode ser ajustada sem comprometer a validade do preço global, em conformidade com as normas estabelecidas.

Nesse sentido ensinamento de Hely Lopes Meirelles, em Direito Administrativo Brasileiro, p. 261-262, 27ª ed., São Paulo, Malheiros, 2002, *in verbis*:

Procedimento formal, entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na

documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: **não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes.**

Ainda a jurisprudência:

Esta tem sido a orientação da jurisprudência, citando-se, por exemplo, com a ementa que segue: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA. (...) 3. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. 4. **Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial.** 5. Segurança concedida. Mandado de Segurança nº 5631-DF, 1ª Seção do STJ, Relator o Ministro José Delgado, publicado no DJU nº 156, p. 07 de 17/08/98.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA. DOCUMENTO NOVO. NULIDADE DO CERTAME. INOCORRÊNCIA. 1. A realização de diligências pela Comissão de Licitação para esclarecimento de documentos constantes nas propostas de habilitação não viola o artigo 43, §3º, da Lei 8.666/93. Precedente do STJ. Hipótese em que a Comissão de Licitação requereu complementação de informações em atestado de capacitação técnica para a realização do serviço objeto da licitação. 2. **A licitação consiste em processo administrativo que visa à escolha do futuro contratante que apresente a melhor**

proposta. Não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o participante mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado tanto quanto possível a maior competitividade do certame. Neste quadro, a exclusão de licitante sob alegada irregularidade formal é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público. Recurso desprovido. (Apelação e Reexame Necessário N° 70012083838, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 28/07/2005)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONISTAS. EXCESSO DE FORMALISMO E PRESCINDIBILIDADE DA EXIGÊNCIA RELATIVA À APRESENTAÇÃO DE PLANILHA SIMPLES DE IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E À QUANTIDADE DE CARGA HORÁRIA DIÁRIA DOS MESMOS QUE NÃO FORAM DESDE LOGO DEMONSTRADOS. SUSPENSÃO DO CERTAME QUE NÃO SE JUSTIFICA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO HOSTILIZADA QUE NÃO IMPLICA À PARTE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 527, II, DO CPC, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N° 11.187, DE 19 DE OUTUBRO DE 2005. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM AGRAVO RETIDO. (Agravo de Instrumento N° 70026428680, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em 16/09/2008)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. DESQUALIFICAÇÃO. PERDA DO OBJETO. DESPESAS PROCESSUAIS. FORMALIDADE ESSENCIAL. IRREGULARIDADE. UTILIDADE. COMPETITIVIDADE. 1. CONQUANTO JULGADO PREJUDICADA A IMPETRAÇÃO PELA PERDA DO OBJETO, AO EFEITO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, CUMPRE EXAMINAR SE A AUTORIDADE COATORA DEU CAUSA, INJUSTAMENTE, A DEMANDA. 2. AO EFEITO DA DESQUALIFICAÇÃO DE LICITANTES PELA FALTA DE

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL, É INDISPENSÁVEL DISTINGUIR ENTRE FORMALIDADE ESSENCIAL DE SIMPLES IRREGULARIDADE. 3. COMPROVADO, MEDIANTE DOCUMENTO PÚBLICO, QUE PROFISSIONAL HABILITADO CONTRATADO PELO LICITANTE VISITOU O IMÓVEL A SER RESTAURADO, O DESCUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DO EDITAL DE QUE FOSSE ESTE PREVIAMENTE VISADO PELA ASSESSORIA DE LICITAÇÕES CONFIGURA MERA IRREGULARIDADE, INCAPAZ DE AMPARAR SUA EXCLUSÃO DO CERTAME. AS FORMALIDADES DO EDITAL DEVEM SER EXAMINADAS À LUZ DA SUA UTILIDADE E FINALIDADE, BEM COMO DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE QUE DOMINA TODO O PROCEDIMENTO. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. CUSTAS PELO ESTADO. (Reexame Necessário N° 599333663, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relatora: Des.<sup>a</sup> Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 27/10/1999)

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. MS 5869 / DF; MANDADO DE SEGURANÇA e latora Ministra LAURITA VAZ Órgão Julgador PRIMEIRA SEÇÃO Data da Publicação/Fonte DJ 07.10.2002 p. 163





### **DO PEDIDO**

Face ao exposto a empresa DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – ME. requer, respeitosamente, que sejam o recurso impetrado julgado totalmente improcedente, e mantendo a empresa habilitada com sua Proposta de Preço dando-se sequência aos demais atos do processo licitatório do EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 043/2024

Nestes Termos, Pede deferimento.

Balsa Nova, 16 de agosto de 2024.

**DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME**

CNPJ/MF. nº 16.898.125/0001-10

Claudinei da Silva/ Sócio Administrador

RG/SSPPR nº 7.216.145-9